



Espaço multiprofissional de apoio à população em situação de rua em Juiz de Fora- MG.

Hedlaine Prado Bartels Vieira¹

Centro Universitário Academia - UniAcademia, Juiz de Fora, MG

Leonardo Sanches²

Centro Universitário Academia - UniAcademia, Juiz de Fora, MG

Linha de Pesquisa: Arquitetura e Urbanismo na Contemporaneidade

RESUMO

Segregação socioeconômica é fruto de um sistema de produção capitalista onde a divisão do capital é feita de maneira desproporcional prejudicando uma parcela da população que fica à mercê da mendicância para a subsistência, onde contraditoriamente o Estado que deveria ser responsável por garantir condições mínimas para os cidadãos, culpabiliza-os pela falta de progresso.

Para minimizar esses reflexos históricos que se propagam para a atualidade é necessário a criação de um espaço que atenda essas pessoas de maneira humanitária, onde o morador de rua possa identificar esse lugar como um habitar e uma oportunidade de crescimento. Trazendo também um outro olhar da sociedade sobre esses habitantes, onde eles são frutos de um sistema de produção que não abarca de maneira igualitária todos os indivíduos e não como um empecilho na paisagem urbana.

Palavras-chave: Desigualdade. Mendicância. Visibilidade. Capitalismo. Direitos.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a criação de um Espaço Multiprofissional de Apoio à População em Situação de Rua em Juiz de Fora- MG, com base nas relações existentes entre os abrigos e seus usuários, entendendo as políticas sociais que abarcam esses indivíduos e a adesão que essas instituições possuem dentre os moradores de rua.

¹ Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Academia - UniAcademia.

² Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Academia - UniAcademia. Orientador(a).

A criação de um centro no qual a população de rua é atendida torna-se fundamental na realidade brasileira, tendo em vista que atualmente, no município de Juiz de Fora, existe um elevado número de pessoas nessa situação.

Assim um espaço que proponha não somente um lugar para dormir, mas que busca também atender as diversas demandas dos usuários é indispensável, já que o município não abarca toda essa população em suas políticas públicas, principalmente em um contexto de cortes na assistência social, tendo em vista a realidade enfrentada diariamente por moradores de rua, a criação de um centro de apoio que atenua de forma significativa e contínua a segregação social, econômica e espacial na cidade de Juiz de Fora é essencial, de forma a ampliar e proporcionar o acesso às políticas públicas com intuito de garantir os direitos básicos previstos na constituição como, acesso à moradia, cultura, educação e saúde, criando um espaço que proporcione o exercício da cidadania desses indivíduos, buscando que possam ser reinseridos no mercado de trabalho formal.

Portanto, é essencial que haja um espaço humanizado, no qual tais pessoas possam ser acolhidas, atendidas e encaminhadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As formas pelas quais os homens se organizam socialmente transformam-se ao longo da história do mundo, assim percebe-se que cada momento histórico é marcado por uma maneira específica de se produzir social e economicamente, que por consequência, reflete diretamente no modo como os indivíduos vivem. Neste aspecto ressalta-se a passagem do período feudal para o capitalismo, período esse marcado pela criação da propriedade privada, expropriação de terras dos camponeses, início do trabalho assalariado e da Revolução Industrial, crescimento das cidades industriais e aumento do pauperismo. Esse novo cenário, capitalista, é marcado por uma massa de indivíduos despossuídos de terras e empobrecidos, que têm como única alternativa buscar trabalho nas fábricas recém criadas, entretanto, para aqueles que nem mesmo conseguiam qualquer tipo de trabalho restavam-lhes a mendicância.

Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e

dos meios de produção, é óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia. (ENGELS, 2010, p.69)

A Revolução Industrial na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX gerou o rápido crescimento das cidades industriais, marcadas por péssimas condições de salubridade. Na época a maioria dos trabalhadores moravam em cortiços com pouca ventilação, superlotados e localizados em vielas estreitas que recebiam pouca luz natural.

Todas as grandes cidades têm um ou vários “bairros de má fama” onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha. (ENGELS, 2010, p.70)

Esse ambiente era habitado na maioria das vezes pelos proletários³, que trabalhavam até 12 horas diárias com o objetivo de alcançarem o mínimo de dinheiro necessário para sua própria sobrevivência. Àqueles que nem mesmo conseguiam trabalho perambulavam pela cidade em busca de alimento e um local para abrigarem-se.

Vejamos o que diz o Times de 12 de outubro de 1843: (...) na realidade, isso é assustador. Os pobres estão em toda parte. Por toda parte, a indigência avança e insere-se, com toda a sua monstruosidade, no coração de uma grande e florescente cidade. Nos milhares de becos e vielas de uma populosa

³ Os trabalhadores, submetidos a esta nova ordem, acabavam vendendo sua força de trabalho em troca da subsistência, com péssimas condições de trabalho, em jornadas extremamente longas, trabalhando até o limite das forças e, não raro, tidos por negligentes e insubordinados. Dessa forma, a miséria e a fome não tardaram a aparecer (...) (PEREIRA, 2009, p.185)

metrópole sempre haverá – dói dizê-lo – muita miséria que fere o olhar e muita que nunca será vista. (ENGELS, 2010, p.75)

Assim com o modo de produção capitalista surgem duas classes antagônicas, a que detêm os meios de produção e a que precisa vender sua força de trabalho, criando-se um abismo enorme entre uma e outra. “Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.” (NETTO, 2013, p.153)

Nesse sentido, Marx(1984) destaca o surgimento do exército industrial de reserva, composto por aqueles homens e mulheres que não possuem seus próprios meios de produção e precisam vender sua força de trabalho, entretanto não conseguem inserir-se em nenhum emprego. Essa massa de pessoas possui função essencial para o sistema capitalista, tendo em vista que podem servir como mão de obra barata em um momento de expansão do capital e permitem que a burguesia force o salário do proletariado para um valor menor, levando em consideração que podem ser facilmente substituídas por aqueles que estão no exército industrial de reserva.

Com a não inserção no mercado de trabalho originou-se uma massa de pessoas que viviam em condições insalubres e nômades que com o êxodo rural se aglomeraram nas regiões urbanas e por não terem condições de moradia passaram a mendigar e depender das ruas, sendo marginalizados pela sociedade e estigmatizados como *vagabundos*⁴ onde eram culpados pelo seu desempenho ínfimo no sistema e suas condições de vida precárias.

As Leis Sanguinárias⁵ do século XVI reprimiram de forma violenta a mendicância repudiando todos os indivíduos que se encontravam em estado ocioso, o que gerou um sistema que culpabiliza e condena todos àqueles que não obtêm progresso, apesar de ser uma lei que se originou antes do capitalismo ser implantado, pode-se colocar como um fato que impulsionou a operacionalização do modo de produção capitalista durante todo o processo de transformação econômica e social.

⁴ Assim, o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformados em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura. (MARX, 1984, p.277).

⁵ Tais medidas extremas de subjugação do trabalho ao capital foram determinantes para a constituição do assalariamento, ainda que nesse período o modo de produção não possuísse um caráter especificamente capitalista (...) (BOSCHETTI, 2018, p.73)

Henrique VIII, 1530; Esmoleiros velhos e incapacitados para o trabalho recebem uma licença para mendigar. Em contraposição, açoitamento e encarceramento para vagabundos válidos. Eles devem ser amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue corra de seu corpo, em seguida devem prestar juramento de retornarem a sua terra natal ou ao lugar em que moraram nos últimos 3 anos e se porem ao trabalho. (MARX, 1984, p.275)

Nesse sentido, percebe-se como o Estado lida com a pobreza, buscando escamoteá-la. Essa parcela da população que passa apática aos olhos da burguesia torna das ruas um local de sobrevivência, sustento e moradia gerando muitas vezes um desconforto para a população devido a opinião preconcebida da marginalização, omitindo voz e socorro às necessidades desses habitantes.

(...) dormem em qualquer lugar, nas esquinas, sob uma arcada, num canto qualquer onde a polícia ou os proprietários os deixem descansar tranquilos; alguns se acomodam em asilos construídos aqui e acolá pela beneficência privada, outros nos bancos dos jardins (...) Os alojamentos estão cheios de camas, de alto a baixo: num quarto, quatro, cinco e seis camas, quantas caibam e, em cada cama, empilham-se quatro, cinco e seis pessoas, também quantas caibam, – sadias e doentes, velhos e jovens, homens e mulheres, sóbrios e bêbados, todos misturados. Naturalmente, discutem, agredem-se, ferem-se e, se chegam a algum acordo, pior ainda: planejam roubos e entregam-se a práticas cuja bestialidade nossa língua humanizada se recusa a descrever. (ENGELS, 2010, p.75)

Enquanto a Inglaterra vivia a transição do Feudalismo para o Capitalismo, o Brasil estava sendo colonizado e explorado por europeus que já traziam essa gênese do capitalismo visando propriedade privada e lucro, inserindo o Brasil nesse processo de uma forma subserviente dos países centrais europeus, refletindo historicamente até os dias atuais, onde o modo de produção capitalista e de exploração configura a questão social do país.

A chegada dos Portugueses ao Brasil tratou-se de uma invasão, tendo em vista que os povos originários habitavam no local há muito tempo, entretanto não possuíam a perspectiva da propriedade privada, pois viviam de forma comunal. Dessa forma Portugal implementa a lógica capitalista advinda da Europa sobre o território indígena como forma de ampliação do capital. (BARBOSA, 2019, p.30)

A situação de rua vem com a pobreza absoluta fruto de uma sociedade que tem como base a contradição entre capital e trabalho, e que se sustenta através da desigualdade social, onde a responsabilidade de progresso é individual e não do Estado o que gera um abismo entre as classes sociais brasileiras devido a discrepância nas oportunidades que cada cidadão vislumbra, uma vez que há um desenvolvimento desigual e enquanto uns se beneficiam outros se mantêm a margem do sistema, o que contribuiu para uma segregação política, econômica, social e espacial.

(...) o governo populista que assumiu o poder logo após a Revolução de 1930, reconheceu a existência da questão social, que passou a ser uma questão política, a ser enfrentada pelo Estado. Mais de setenta anos depois, o Brasil é um grande país com a grande maioria de seus habitantes vivendo nos centros urbanos. A economia, em termos per-capita, situa-se entre as mais desenvolvidas. Porém, os níveis de pobreza e desigualdade são muito maiores, estando entre os piores do mundo. Em sua maioria, a pobreza é urbana, localizada na periferia das grandes cidades. (PEREIRA, 2009, p.188)

Entretanto, o Estado tem que assegurar os direitos básicos previstos na Constituição Federal de 1988, que determina condições mínimas de sobrevivência para cada cidadão, uma vez que a situação de rua vem com a falta de moradia, saúde, educação e lazer.

De acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua – PNPR considera-se:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as Unidade de Acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (PNPR - Decreto nº 7053/2009, art. 1º, Parágrafo Único).

Portanto nota-se que não é possível desvincular a história da sociabilidade capitalista com o crescimento da pobreza e o aumento da população de rua, soma-se a isto as diversas crises enfrentadas nos estágios do capitalismo e como isso afeta drasticamente a população mais empobrecida. Assim, torna-se indispensável pensar em alternativas que busquem promover condições dignas de moradia para pessoas que encontram-se em situação de rua.

3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa se deu a partir de artigos, pesquisas bibliográficas, estudo das políticas sociais que tem como alvo essa parcela da população, acesso a políticas internas da instituição através da análise de dados disponibilizado por diagnósticos, dados referentes a parcela da população em situação de rua que frequenta abrigos no município de Juiz de Fora - MG.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisado os dados de estudo pode-se concluir que a população em situação de rua brasileira é caracterizada em sua maioria por homens que tiveram uma experiência de trabalho anterior à sua ida para as ruas, possuem escolaridade entre 1ª e 8ª série do ensino fundamental, são dependentes químicos e não possuem acesso às políticas sociais. Apenas uma pequena parcela mantém contato com familiares.

Há em Juiz de Fora quatro instituições de acolhimento, porém a criação de um espaço que atenda às necessidades do cidadão de rua de maneira humana trazendo igualdade e equidade é essencial mediante a realidade brasileira que afeta diariamente uma parcela da população do município de Juiz de Fora – MG. O projeto será voltado em um terreno na zona central com a intenção de acolher os moradores de forma a integrá-los à cidade, para que façam parte do meio e assim sejam aceitos pela sociedade, dispondo de uma área que permita delimitar o espaço desses indivíduos e assim gerar um sentimento de pertencimento, sendo vistos não como um empecilho na paisagem e sim como parte dela, permitindo que a sociedade enfrente diariamente essa realidade, integrando-os a um coletivo e amenizando a segregação socioespacial.

De acordo com os estudos realizados foram selecionados três terrenos na zona central, o primeiro na Esquina das Ruas Espírito Santo, Batista de Oliveira, Brás Bernardino e Av. Presidente Itamar Franco, nº 838 - Centro, JF – MG, o segundo na Rua da Bahia, nº 440 - Poço Rico, JF – MG e o terceiro Equina da Av. Brasil com Rua Coronel Delfino Nonato de Faria e Rua da Bahia- Poço Rico, JF – MG. Analisando o potencial deles, dentre os critérios de abordagem do projeto, o terreno de número três se sobressai na proximidade com as instituições de apoio por

ter nele a associação de reciclagem ASCAJUF. Ambos integram as pessoas em situação de rua à cidade, estão próximo à essas pessoas e delimitam seu espaço, porém o terreno de número 3 possui maior viabilidade econômica. Já nos pontos como visibilidade, expor e criticar o problema o primeiro se sobressai e logo em seguida temos o terreno de número três. Com isso, devido a todos os pontos ponderados temos o terreno Equina da Av. Brasil com Rua Coronel Delfino Nonato de Faria e Rua da Bahia- Poço Rico, JF – MG como o escolhido para implantação do projeto.

Temos no terreno a Associação Municipal de Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Juiz de Fora - ASCAJUF o que traz uma maior identificação das pessoas em situação de rua com o terreno, uma vez que a reciclagem funciona como uma fonte de renda para a maioria dessas pessoas. O terreno se encontra ocioso e há um projeto de implantação de uma Igreja, porém, de acordo com o Presidente do Bairro, a Comunidade tinha interesse na criação de algo mais amplo que favorecesse os Bairros Poço Rico e Santa Tereza.

Uma vez que a População em Situação de Rua no Bairro Poço Rico é alarmante. A criação de um espaço que traga benefícios tanto para a comunidade quanto para as pessoas que se encontram nas ruas se torna essencial. Trazendo ganho para a comunidade.

Ao propor uma instituição que garanta o exercício da cidadania dos habitantes de rua é vital a implementação de serviços que capacitem esses indivíduos a possíveis gerações de renda e uma reintegração ao mercado de trabalho para que sejam encaminhados a melhores condições de vida fora da instituição de apoio.

Se torna essencial uma arquitetura humanizada voltada para as necessidades dessa parcela da população de forma que incentive os moradores de rua a frequentarem esse espaço buscando amparo e segurança na instituição e que exista uma identificação dos usuários com o lugar, uma vez que mesmo com a existência de albergues em Juiz de Fora se torna corriqueira a presença de pessoas que usam das ruas como moradia.

As diretrizes de projeto são integração, visibilidade, individualidade, assistência, oportunidade, estando próximo de onde eles vivem e possibilitando uma possível saída das ruas. Abarcando pontos como moradia, assistência, lazer e cultura, médico-social, profissional e a associação de reciclagem. De forma a

Integrar as pessoas em situação de rua e os moradores do bairro, trazendo benefícios para a comunidade.

O terreno se encontra em zoneamento ZC5 e zona de uso múltiplo, com coeficiente de aproveitamento de 2,4, possui uma área de 11.614 m², necessitando de um afastamento frontal de 3m, podendo colar em uma divisa, restante 1,5 e 7m de recuo do rio.

O terreno está próximo ao rio no nível 677,5 e a Avenida Brasil no nível 677 e analisando as curvas de nível podemos observar que mesmo sendo uma área próxima ao rio para que ocorresse o alagamento do terreno o nível da água teria que chegar até aproximadamente a Avenida Getúlio Vargas, tornando assim o terreno utilizável a esse nível.

Devido ao terreno ter acesso por três ruas buscou-se permeabilidade ao projeto. Trazendo três acessos principais e um acesso de apoio a áreas mais restritas.

O projeto é dividido em três blocos, um correspondente a moradia e parte assistencial destinada exclusivamente as pessoas em situação de rua, o segundo bloco é de apoio que recebe também moradores do bairro, o terceiro conta com a Associação de Reciclagem ASCAJUF.

Na Associação hoje funciona apenas um galpão sem muitas condições de apoio, já no projeto foi pensado na eficiência desde a chegada dos materiais até o processo de descarga. Os materiais chegam pela recepção na Rua da Bahia e passam pelos processos de triagem, limpeza e trituração, enfardamento e depósito e logo são despachados pela rua Coronel Delfino Nonato de Faria, ou pelo acesso direto as oficinas para utilização dos materiais. A ventilação da associação é feita através de lanternim para maior eficiência e conforto do ambiente.

O núcleo de estadia no primeiro pavimento conta com recepção, sanitários fem./ masc., depósito, lavanderia e garagem para carrinho e animais, no segundo pavimento se localizam os dormitórios, Sanitário/Vestiário Fem. e Masc., sala de TV e depósito.

As unidades habitacionais são feitas através da junção de dois containers onde no primeiro pavimento se concentra os carrinhos e animais de estimação e no segundo a parte de moradia. Os containers são presos através do sistema de engate. Ao todo são 52 unidades habitacionais, totalizando 97 dormitórios e 97 vagas para carrinhos e animais, sendo 6 acessíveis.

Uma vez que tudo que os usuários possuem de maior importância para eles são os carrinhos e os animais, buscou-se um sistema para que eles não fossem totalmente separados como na maioria das vezes ocorrem nos abrigos. Com isso há uma permeabilidade visual entre o primeiro pavimento e o segundo, buscando um maior contato entre eles, separados apenas por uma grade de piso e o policarbonato alveolar. O revestimento dos containers foi feito utilizando placa Tetra Pak e a Lã de Pet para conforto térmico e acústico do ambiente.

O núcleo de apoio conta no primeiro pavimento com Recepção, Oficinas, Biblioteca Comunitária, atendimento Médico-Social e Restaurante Popular. A parte de saúde conta com encaminhamento social e psicológico, consultório odontológico e ginecológico, três clínicos gerais e um espaço para dependentes químicos. As oficinas possuem salas para marcenaria, artesanato, reciclagem e multiuso todas com integração a área externa, além de área de apoio. O restaurante área de refeitório com capacidade para 188 pessoas e área de preparação. A Biblioteca possui área externa. No segundo pavimento, todo em containers, se encontra a administração e a área de cursos profissionalizantes que conta com cinco salas sendo uma de informática.

O projeto conta com uma grande área externa que proporciona espaços de circulação com pontos de contemplação, permanência e espaços multiuso. Ao lado do núcleo de estadia se encontra a horta com grande espaço para plantio e próximo as oficinas o espaço multiuso. Durante todo o percurso dessa parte externa o paisagismo é comestível com espécies de hortaliças, ervas aromáticas, medicinais e condimentares, flores e frutos. No espaço multiuso acontecem feiras e eventos para geração de renda para a instituição, onde podem ser comercializados produtos do cultivo local, além também da geração de renda através dos cursos e oficinas.

Foram utilizados em todo o projeto 6 containers de comprimento de 6 m e 130 containers, sendo desses 104 para moradia e 26 para o bloco de apoio, de comprimento de 12m.

Há uma grande adaptabilidade do projeto, onde no futuro em um novo cenário que não haja a necessidade de abrigos, há a possibilidade de utilização do núcleo central de circulação para a criação de um novo espaço com novos usos, além da possibilidade de distribuição de módulos independentes do equipamento principal, fazendo uma pulverização na cidade com containers com diferentes programas de necessidades. Ex.: Um único container com moradia e área de apoio,

ou com banheiro e dormitório, dormitório e depósito, banheiros ou a junção de 2 ou mais para alojamentos.

No projeto foram utilizados painéis de vedação para distribuições de espaços internos com placa Tetra Pak, Lã de Pet e Esquadria de Alumínio. Nas aberturas utilizando Policarbonato Alveolar. Além do revestimento dos containers com as placas Tetra Pak e Lã de Pet.

No projeto foram previstas Placas Fotovoltaicas para maior eficiência da arquitetura tornando-a produtiva e a possibilidade de aplicação através de patrocínios e subsídios. Elas podem ser dispostas sobre os containers e sobre as lajes.

O espaço deve disponibilizar: auxílio básico aos cidadãos, garantia ao direito de moradia, abrigo das intempéries, vestiários, local para banhos diários, enfermarias, espaço para alimentação, atendimento com encaminhamento social e psicológico, lavanderia, área destinada aos animais de estimação, horta comunitária, área de socialização, telefone e internet, oficinas para auxiliar em possíveis atividades profissionais futuras, alfabetização, ala para tratamento de dependentes químicos e espaços seguros, tudo em uma arquitetura humanizada gerando uma maior identificação do usuário com o espaço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se essencial um espaço multiprofissional de apoio à população em situação de rua que auxilia esses indivíduos nas questões políticas e sociais e ampara nas necessidades de moradia, saúde, cultura, lazer e educação, assegurando a participação do indivíduo no processo de socialização atendendo a todos os aspectos cívicos, morais e dignos, de maneira que com o projeto seja possível diminuir e controlar o aumento desses habitantes nos logradouros públicos.

ABSTRACT

Socioeconomic segregation is the result of a capitalist production system where the division of capital is done disproportionately, damaging a portion of the population that is at the mercy of begging for subsistence, where contradictorily the State that

should be responsible for ensuring minimum conditions for citizens, blames them for the lack of progress. To minimize these historical reflexes that are spreading to the present time, it is necessary to create a space that serves these people in a humane way, where the homeless person can identify this place as a place to live and an opportunity for growth. It also brings a different view of society on these inhabitants, where they are the result of a production system that does not include all individuals in an equal way and not as an obstacle in the urban landscape.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Sabrina. **Expropriação e Luta por Território: uma breve análise da Vila São Sebastião em Juiz de Fora- MG**. Monografia, UFJF, 2019.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo**. Cortez Editora, São Paulo- SP, 2018.

ENGELS, Friedrich. **A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Boitempo Editorial, São Paulo- SP, 2010.

KALUMANN, A. R. **Moradores de rua – Um enfoque histórico e socioassistencial da população em situação de rua no Brasil: A realidade do Centro POP de Rio do Sul/ SC**. (Monografia de Especialização em Educação) – UNIDAVI, Ituporanga – SC, 2014.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Volume I, Tomo II- capítulo XXIV. Editor: Victor Civita, 1984.

NETTO, P. José. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. Ed 8 Cortez Editora, São Paulo- SP. 2013.

PEREIRA, S. Viviane. **Expressões da Questão Social no Brasil e População de Rua: notas para uma reflexão**. Libertas, v.4, n.1, Juiz de Fora- MG 2009.

PNPR - Política Nacional para a População em Situação de Rua / Decreto nº 7053/2009 – Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm> Acesso em 22/06/2020

SANTOS, Júlio Cezar dos; BEVILACQUA, Solon. **População de rua e (des)proteção de rua e (des)proteção social: uma análise da política nacional para a população em situação de rua**. Anais eletrônicos da I CIEGESI, 2012.

Secretaria de Desenvolvimento Social - SDS – Disponível em

<https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sds/servicos/nucleo_cidadao_rua.php>

Acesso em 25/06/2020

Shelter Home for the Homeless / Javier Larraz – Disponível em

<<https://www.archdaily.com/124688/shelter-home-for-the-homeless-javier-larraz>>

Acesso em 25/06/2020